



CORRE CAMPO

XIII CONFASER



Participantes definem plano para ajudar classe trabalhadora a enfrentar atual conjuntura política do país

Em seu discurso na abertura, Carlos Carvalho, coordenador geral da Faser, destacou que o conjunto de propostas que foram aprovadas no XIII Confaser será o plano de trabalho pelos três próximos anos. Este Plano de trabalho será o suporte para a base de trabalhadores enfrentar a realidade política, que o país atravessa, em especial a classe trabalhadora de Ater e agricultura familiar. **Pág.04**

Presidente do Sintape é eleito coordenador executivo para nova gestão da Faser



A Coordenação Colegiada Executiva Nacional da Faser, para a gestão 2019 a 2021, foi escolhida durante o XIII Confaser, que aconteceu no final de novembro, em Guarapari (ES). O diretor de Formação Sindical do Sintape, Aminadable Moreira, estará como Conselheiro Fiscal da Federação na próxima gestão. **Pág.04**

Gestão ambiental: Como será nosso amanhã?

Leiam o artigo de Ademir Damião

PÁG.
3

Negociações do IPA, Perpart, CPRH e Apac

Acompanhem o andamento!

PÁG.
6

SINTAPE em Ação!

Confira nossas atividades nos últimos seis meses!

PÁG.
8

Editorial



ADAILTON MELO
Presidente do Sintape

CONTINUAREMOS FIRMES. NADA APAGARÁ NOSSA LUTA!

Passadas as eleições mais polarizadas da história do Brasil, com a vitória do projeto mais conservador, que chegou ao poder sem esconder o discurso de que “trabalhador vai ter que escolher entre ter direito ou emprego” e que as “leis trabalhistas têm que beirar à informalidade”, nossa preocupação em relação ao futuro da classe trabalhadora acende o alerta para a necessidade de nos mantermos firmes na luta e unidos ainda mais contra retrocessos que possam vir com a aprovação de mais leis que fragilizem os direitos dos que mais precisam deles: o trabalhador.

A extinção do Ministério do Trabalho, por meio da Medida Provisória 870/2019, editada pelo presidente Jair Bolsonaro, representa uma derrota para a classe trabalhadora

brasileira. Se lutar por direitos tão difíceis de serem concedidos já era complicado, sem o MT fica quase inviável. A intenção de enfraquecer ações trabalhistas foi, infelizmente, alcançada. Se o trabalhador quiser reclamar por seus direitos, não contará mais com o apoio de um órgão criado para defendê-lo. Enfrentar os empregadores, sejam eles públicos ou privados, só terá algum efeito com a força da coletividade. Mesmo assim, essa será uma tarefa difícil diante do novo cenário de leis trabalhistas aprovadas no governo anterior e que permanecem em destruição pelo atual.

O que nos resta fazer? Desistir? Nunca! A luta é algo que vamos manter forte diante das imposições contra a classe trabalhadora. O Sintape não se entregará. Se manterá firme no enfrentamento aos que insistem nos desmontes dos direitos daqueles que integram sua base. Seja em nível estadual ou federal, qualquer medida que venha desvalorizar sua base será combatida com protestos e ações judiciais. Garantir a estabilidade, a dignidade, salários justos e a valorização do trabalho da categoria

será palavra de ordem da entidade sindical.

Mas a luta precisa ser de todos. Do coletivo. Em 2019, o sindicato vai fortalecer o movimento. O momento exige. Mas exige também a participação de todos os trabalhadores. Sindicalizados ou não, todos têm a missão de darem as mãos com o propósito de assegurar suas conquistas: as futuras e as já alcançadas com tanto suor. Todos precisam ter em mente que só unindo forças poderão vencer de alguma forma. É hora de união. Tempo de perceber a importância do sindicato na defesa de seus direitos. Isso implica também na necessidade de ampliar a filiação. Com tudo que vem atingindo a classe trabalhadora, resta às entidades de classe a missão de partir para o combate.

Esta será nossa atribuição enquanto dirigentes sindicais. Lutar pelo coletivo, independente das diferenças políticas e ideológicas. Continuar cumprindo o papel de um sindicato pautado no dever de defender sua base. Contamos com a força e vontade de todos para enfrentar o que nos aguarda. É preciso ficarmos vigilantes para

que as agendas de ataque aos trabalhadores não continue sendo efetivadas, a exemplo da reforma trabalhista que veio com o discurso mentiroso de modernização das leis trabalhistas, e na verdade só serviu para retirar direitos e precarizar ainda mais as relações de trabalho.

Outro ponto que está na agenda do presidente é a reforma da previdência, que levando em conta as divulgações da imprensa, vai atingir em cheio os trabalhadores. Muitos não conseguirão se aposentar. A tentativa de enganar os trabalhadores com o discurso de que a reforma é para “acabar com privilégios” não convence. Por esses motivos, se faz necessário termos unidade, sermos cada vez mais combativos e ampliarmos o diálogo com os parceiros que se identificam com as nossas pautas e bandeiras de luta, pois independente do governo escolhido pelo processo democrático, o sindicato vai estar sempre na primeira fileira para defender os trabalhadores. Essa é nossa missão e temos orgulho de cumpri-la. Nenhum desmando vai acontecer sem que tenhamos lutado. Avante, companheiros!

Expediente JORNAL CORRE CAMPO

UMA PUBLICAÇÃO DO SINTAPE
Sindicato dos Trabalhadores
Públicos da Agricultura e Meio
Ambiente de Pernambuco.
Fundado em 06 de outubro de 1989.

Jornalista responsável:
Rosângela Araújo - DRT: 1156/98

Projeto Gráfico e Diagramação:
Lee Marvin
leemarvin@outlook.com

Tiragem:
1 mil exemplares

Rua Dr. João Lacerda, 350
Cordeiro - Recife, Pernambuco/BR
CEP 50711-280
Fone: (81) 3445.1648
www.sintape.org.br
www.twitter.com/sintape
contato@sintape.org.br

// Dezembro de 2018

DIRETORIA:
Presidente: Adailton Severino de Melo **Vice-presidente:** Antônio Fernando da Silva Pinheiro **Secretário:** Antônio Júnior Angelim dos Santos **Suplente de Secretário:** Alberto Jorge Viana da Rocha **Diretor Financeiro:** Antonio A. Fonseca Barros **Suplente de Diretor Financeiro:** Azarias de Assis Moreno **Diretor de Imprensa:** Maria Luciene Luzia Tavares Albuquerque **Suplente de Diretor de Imprensa:** Gutemberg Figueiredo da Silva **Diretor Jurídico:** Regivaldo J. Vitor da Silva **Suplente de Diretor Jurídico:** Carlos Henrique da Costa **Diretor de Esportes:** Claudio José Dias Silva **Suplente de Diretor de Esportes:** Adeildo Barbosa da Silva **Diretor de Formação e Assuntos Sindicais e Intersindicais:** Aminadable Moreira da Silva

Suplente de Formação e Assuntos Sindicais e Intersindicais: Luiz de Souza Filho **Diretoria de Patrimônio e Filiação:** Romulo dos Santos **Suplente de Diretoria de Patrimônio e Filiação:** Silvânia Maria da Silva.

CONSELHO FISCAL:
Efetivos: 1. Vilma Elias Monteiro (Perpart) 2. Genildo Silva do Nascimento (Perpart) 3. Jailson de Oliveira Araújo (IPA)
Suplentes: 1. Sandra Lúcia de M. Lima (IPA) 2. Carlos Alberto Vilela Barbosa (Perpart)

ARTIGO

GESTÃO AMBIENTAL: COMO SERÁ NOSSO AMANHÃ?

(*) Ademir Damião Amorim dos Santos

Como vem se repetindo anos após anos, os resultados decorrentes da gestão do meio ambiente no ano de 2018 podem ser considerados insatisfatórios em qualquer esfera governamental (municipal, estadual ou federal), ou seja, a questão ambiental continuou não sendo prioritária das administrações públicas em todo Brasil.

De um modo geral, se observa o acúmulo dos problemas ambientais que assolam o território brasileiro, sem que ocorra a implantação de políticas públicas estruturadoras no sentido de transformações concretas que ocasionem melhorias da qualidade de vida das pessoas e do próprio meio ambiente.

Verifica-se que os problemas localizados não são enfrentados de forma eficaz por parte das esferas governamentais, o que contribui para o aceleração dos problemas ambientais globais, como efeito estufa, aquecimento global e redução da camada ozônio.

No âmbito de Pernambuco, a gestão ambiental foi agravada pela falta de reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA/PE) durante os 08 primeiros meses do ano, não possibilitando a participação da sociedade na discussão da temática ambiental através do referido Conselho, salientando que tal participação já se dava de forma incipiente quando as reuniões ocorriam de forma regular em anos anteriores.

Um dos poucos alentos na gestão ambiental do Estado foi finalmente ter sido aprovada

a Resolução de Impacto Local por parte do CONSEMA/PE, após mais de 03 anos de discussões, definindo-se atribuições do Estado e municípios no tocante ao controle ambiental.

No âmbito de Pernambuco, espera-se que com a aprovação da Resolução de Impacto Local, tanto a CPRH como os órgãos ambientais municipais tenham condições para desenvolverem suas atribuições de controle ambiental, além de que sejam viabilizados os canais necessários para ações integradas dos órgãos das três esferas governamentais na busca da preservação ambiental.

Espera-se que o governo reeleito de Pernambuco melhore a gestão ambiental do estado tão negligenciada nos últimos anos, devendo buscar soluções para problemas locais como desmatamento, desertificação em boa parte do território do estado, falta de saneamento em grande parte dos centros urbanos, racionamento da oferta de água, poluição dos recursos hídricos, ocupações irregulares de áreas protegidas, contaminação do solo, gerenciamento ineficiente dos resíduos, incluindo a continuidade da disposição dos resíduos sólidos nos lixões em muitos municípios pernambucanos.

Vê-se, ainda, que o governo estadual deve criar condições para realização de concurso público e reestruturação da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), visando que o órgão possa desenvolver suas atribuições de forma mais eficaz, possibilitando, entre outras questões:

- Melhorar a gestão das unidades de conservação, elaborando plano de manejo e constituindo conselhos gestores, inexistentes em grande parte das mesmas;

- Ampliar as instalações e estrutura do Centro de Triagem de Animais Silvestres de Pernambuco (CETAS-PE) visando que a recepção dos animais ocorra em boas condições;

- Otimizar as atividades de controle ambiental (fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental) do uso dos recursos naturais, bem como dos empreendimentos e atividades existentes no estado;

- Executar as ações de educação ambiental de forma ampliada na busca da sensibilização das pessoas, na defesa do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais, evitando o consumismo desnecessário;

- Desenvolver as atividades administrativas com maior eficácia, inclusive reestruturando a biblioteca da Agência, a qual vem sendo sucateada nos últimos anos.

Ressaltamos que o governo estadual deve apoiar e desenvolver mecanismos que proporcionem um efetivo controle social na gestão ambiental, iniciando pela manutenção do calendário anual de reuniões do CONSEMA/PE, não sendo admissível que o Conselho passe parte do ano sem se reunir como ocorreu em 2018.

Com a posse do Presidente da República recém-eleito, se verá na prática quais os rumos da gestão ambiental a nível federal, porém, diante os discursos e pronunciamentos já realizados,



não há previsões de melhorias para o setor, se projetando um retrocesso ainda maior no tocante a política ambiental, lembrando que já ocorreu a proposta de junção das pastas da Agricultura e Meio Ambiente (que posteriormente foi renegada), além de ser noticiado que o atual governo brasileiro pretende rever tratados internacionais como o Acordo de Paris, assinado em 2015, que visa minimizar os efeitos do aquecimento global.

Independente de qual será a estruturação do Ministério do Meio Ambiente, a equipe do governo declara que os órgãos ambientais não podem ser “prejudicadores do desenvolvimento”, assim como não podem ser administrados por “xiitas”, falando em gestores de perfis técnicos, deixando nas entrelinhas um indicativo preocupante que há um desejo implícito que tais órgãos tenham apenas uma atuação cartorial na liberação das licenças ambientais.

Observa-se, então, que há longos desafios a serem enfrentados a partir de 2019, cabendo a sociedade civil se manter atenta para evitar que a qualidade de vida das pessoas e o próprio meio ambiente sejam prejudicados, ou seja, nosso amanhã irá contra qualquer retrocesso que venha ser proposto para gestão ambiental.

(*) Empregado Público da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Engenheiro, Mestre em Gestão e Políticas Ambientais, Conselheiro do Conselho Estadual de Meio ambiente de Pernambuco (CONSEMA/PE) representando o Sintape/CUT.

XIII CONFASER Extensão Rural e Cidadania em discussão

Reunidos em Guarapari (ES) durante os dias 26 a 29 de novembro, cerca de 500 extensionistas rurais de 22 estados da Federação discutiram o tema e apontaram soluções para o futuro destas áreas.

O Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do Brasil - (XIII Confaser), realizado no Sesc, Guarapari (ES), durante os dias 26 a 29 de novembro, abordou temas pertinentes para os trabalhadores destas áreas, destacando o momento político/econômico que o país vive.

O Confaser acontece a cada três anos e tem se consolidado como o mais expressivo evento técnico e político em se tratando de extensão rural brasileira

e a Faser vem a cada edição se firmando como interlocutora das políticas públicas para o mundo rural. No primeiro dia, os delegados do Confaser discutiram e aprovaram o regimento interno que normatiza e regula o evento.

Nessa edição, o XIII Confaser debateu o tema principal a "Extensão Rural e Cidadania. Com abordagens significativas distribuídas em dois grandes blocos de debates; no primeiro tratou das questões mais técnicas e pertinentes à extensão rural, tais como a ATER e a Pes-



quisa Pública Agrícola como políticas de Estado.

O segundo bloco tratou de abordagens vinculadas ao movimento sindical, tais como a Organização Social dos Trabalhadores de Ater. Este conjun-

to de teses tem por objetivo identificar propostas para a construção de um meio rural mais justo com a extensão rural presente e a promoção da inclusão social.

Plano de trabalho ajudará base trabalhadora a enfrentar realidade política atual

Em seu discurso na abertura, Carlos Carvalho, coordenador geral da Faser, destacou que o conjunto de propostas que foram aprovadas no XIII Confaser será o plano de trabalho pelos três próximos anos. Este Plano de trabalho será o

suporte para a base de trabalhadores enfrentar a realidade política, que o país atravessa, em especial a classe trabalhadora de Ater e agricultura familiar.

No segundo e terceiro dias foram debatidos os trabalhos

escritos ou em posters, organizado em dois grupos de teses: A Ater e a pesquisa pública agrícola como políticas de estado e a Organização Social dos Trabalhadores de Ater.

No quarto dia as propostas construídas nos dias anteriores

foram levadas à Plenária para aprovação pelos delegados do Congresso, encerrado com a posse da nova diretoria eleita durante o evento.

Presidente do Sintape é eleito coordenador executivo para nova gestão da Faser

A Coordenação Colegiada Executiva Nacional da Faser, para a gestão 2019 a 2021, foi escolhida nesta quinta-feira, 29, durante o XIII Confaser, que aconteceu no final de novembro, em Guarapari (ES). O diretor de Formação Sindical

do Sintape, Aminadable Moreira, estará como Conselheiro Fiscal da Federação na próxima gestão.

Um dos eleitos para a nova gestão foi o presidente do Sintape, Adailton Melo, que vai ocupar o cargo de coordenador

executivo da Federação. O sindicalista recebeu com surpresa o anúncio do seu nome na gestão e agradeceu aos que o escolheram para esta função.

"Agradeço a todos os que depositaram confiança em mim e retribuirei com muito

trabalho e dedicação à função. Teremos muitos entraves a enfrentar nos próximos anos, mas unindo forças, conseguiremos encarar os obstáculos que nos esperam!", garantiu Adailton.

FASER ELEGE NOVA DIRETORIA

Nova Coordenação Colegiada Executiva Nacional Eleita na gestão 2019 a 2021:

A nova gestão da Faser terá como coordenadora geral, Lúcia Morais Kinceler, da Faper-SC. O presidente do Sintape, Adailton Melo, estará pelos próximos três anos na Coordenação Executiva, e o também diretor do sindicato, Aminadable Moreira, estará como Conselheiro Fiscal da Federação.

Confira os nomes dos novos eleitos para a atual gestão:

TITULARES

Adailton Severino de Melo - SINTAPE
Juliana de Barros Vale - ASSIM-ES
Lucia Morais Kinceler - FAPER-SC
Maria Betânia Torres Costa - SINTER-PB
Pedro Carlos Carlotto - SINTERP-MT
Raimundo Nonato Ribeiro - ASSEMPA-PA
Raul Henrique Brianese - AFA-PR

SUPLENTES

Cleison Medas Durval - ASSER-DF
Edson Ricardo de Farias Zumba - ASSEMA-RN
Isolete Magali Georg Bacca - ASAE-RS
Jose Carlos Shypitoski - AFA-PR
Rodrigo Bruno Lyoto Cadete - SEATER-RO
Ronaldo Vieira de Aquino - SINTER-MG
Sabino Alano Magalhães Bizarria - ASSEMA-CE



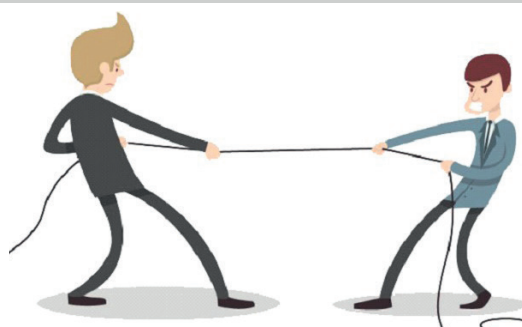
ELEIÇÃO DA FASER - 27 DE NOVEMBRO DE 2018



COORDENAÇÃO COLEGIADA EXECUTIVA ELEITA

IPA, PERPART, APAC e CPRH

Resumo das negociações em 2018



O funcionalismo público em Pernambuco está a quatro anos sem reajuste salarial. O Governo do Estado continua sustentando a tese do limite prudencial dos gastos e usa a Lei Orçamentária Anual (LOA) para justificar sua posição em continuar sem dar reajuste aos trabalhadores. Essa conversa já está sendo orquestrada por parte do Governo como justificativa. Ele quer se blindar em não dar reposição salarial e nem aumento ao funcionalismo, conforme avalia Adailton Melo, presidente do Sintape.

Nesse ano, o Governo do Estado também atrelou-se ao discurso da Lei Eleitoral, na qual proíbe aos agentes públicos fazer, na circunscrição da eleição, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que supere a recomposição da perda de seu poder aquisitivo no ano eleitoral. A diretoria do Sintape ressalta que isso não impediria do governo do Estado em negociar, para depois que terminasse o período proibitivo da Lei em aplicar o reajuste salarial. Mas, nem mesmo assim, o Governo aceitou essa alegação do sindicato. "Este governo escolheu tratar categorias de formas estratégicas, a exemplo da Polícia Militar com quem negociou, mas com o IPA não!", lembrou o diretor do Sintape, Antônio Angelim.

A busca pela reposição salarial iniciou com as assembleias nas empresas da base do Sintape, passando pela construção

das Pautas de Reivindicações dos trabalhadores, as quais foram entregues às presidências das instituições e na Secretaria e Administração do Estado (SAD). De março a dezembro, inúmeras reuniões de negociações pelas empresas da base direta e indireta, incluindo assembleias, reuniões na SAD e mesas específicas, com a participação dos trabalhadores, foram realizadas.

Em agosto, ocorreu coletivamente a reunião na SAD presidida pela secretária de Administração, Marília Lins, para discutir pautas da CPRH e APAC. Participaram da reunião: membros da diretoria do Sintape e as comissões do corpo funcional das duas autarquias. Alguns pontos das pautas da APAC e CPRH ficaram para ser discutidos pela Secretaria quando o Estado estiver cumprindo a (Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Acompanhe como foi o resumo das Negociações:

APAC

Em relação à reposição das faltas dos dias parados em virtude da greve de 2016, a Secretaria de Administração se comprometeu em intermediar, junto à direção da APAC, uma solução para a compensação destes dias.

Reposição salarial-PCCV-Concurso público: Estas questões só serão discutidas quando o Estado estiver cumprindo a LRF.

CPRH

Reposição salarial; Concurso público e Reenquadramento por tempo de serviço dos servidores (Celetistas) do quadro suplementar em extinção e Risco de Vida: Estas questões só serão discutidas pela SAD quando o Estado estiver cumprindo a LRF.

IPA

Na última reunião de negociação com a diretoria do IPA, integrantes da Comissão de Negociação, ocorrida em 06 de dezembro, solicitaram uma reunião específica para tratar sobre o Plano de Saúde dos funcionários do Instituto. "Estamos há quatro anos sem aumento e o plano de saúde aumenta todo ano. Precisamos com urgência tratar desse assunto e a diretoria do IPA insiste em adiar a discussão", ressaltou Adailton.

PERPART

No dia 03 de dezembro de 2018 ocorreu mais uma reunião de negociação com a diretoria da Perpart e integrantes da Comissão de Negociação para discutir a pauta de reivindicações dos funcionários da instituição. Nesta reunião, o Sintape foi informado que a diretoria da PERPART não obteve retorno da Secretaria de Administração do Estado (SAD) sobre os pontos da pauta de reivindicações dos trabalhadores da instituição.

Intermediação na Superintendência do Trabalho e Emprego-PE

Assim como o IPA, as negociações na Perpart estão sob mediação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego-PE. Em 14 de novembro, a diretoria do Sintape buscou a SRTE-PE para a intermediar as Negociações Coletivas de Trabalho de 2018, dos funcionários da Perpart e do IPA. As intermediações ocorreram pela lentidão por parte dos dois órgãos em dar retorno à diretoria do Sintape, em relação aos pontos da Pauta de Negociações tratados com estes dois órgãos e também pela frequência de reuniões remarcadas por solicitação das gestões dos mesmos. As negociações coletivas que serão tratadas na Superintendência do Trabalho e Emprego são referentes às Pautas de Reivindicações das Categorias e às perdas salariais do período de 1º de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2018, em conformidade ao que prescreve a CLT em seu artigo 616.

O Sintape informa aos funcionários o IPA e da Perpart, que foi necessário buscar a intermediação na SRTE-PE, para não prejudicar ainda mais os trabalhadores desta instituição, que já amargam defasagem salarial por quatro anos.

Balanço Financeiro Trimestral

Fique por dentro de nossas finanças!

Com a gestão pautada na transparência, o Sintape divulga a cada publicação do Corre Campo suas atividades financeiras, por meio do balancete, no qual consta suas despesas e receitas. Nesta edição, estamos publicando o último trimestre. Confram!

SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA E MEIO
AMBIENTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTAPE
CNPJ Nº 24.418.030/0001-80
BALANÇO ENCERRADO
EM 30 DE SETEMBRO 2018
3º TRIMESTRE

ATIVO	459.581,59
CIRCULANTE	111.223,19
DISPONÍVEL	83.358,19
CAIXA	1.362,40
BANCO C/ MOVIMENTO	42.137,85
BANCO SANTANDER	42.137,85
INVESTIMENTO C/RESGATE AUTOMÁTICO (SANT)	0,00
BANCO DO BRASIL	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	39.857,94
FUNDO DE INVESTIMENTO BANCO DO BRASIL	39.857,94
CREDITOS	27.865,00
CREDITOS A RECEBER	27.865,00
PERMANENTE	348.258,40
IMOBILIZADO	326.659,40
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.664,90
MOVEIS UTENSÍLIOS	4.492,00
VEÍCULOS	50.731,50
PRÉDIOS E BENFEITORIAS	264.370,00
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	22.000,00
PASSIVO	459.063,59
CIRCULANTE	0,00
FINANCIAMENTO	0,00
PATRIMÔNIO LIQUIDO	418.128,08
PATRIMÔNIO SOCIAL	418.128,08
EXERCÍCIO DO MÊS	40.935,51
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 30/09/2018	
RECEITAS OPERACIONAIS	156.689,42
CONTRIBUIÇÕES	155.917,23
RENDIMENTOS C/ APLICAÇÃO	222,19
OUTRAS RECEITAS	550,00
DESPESAS OPERACIONAIS	115.753,91
FUNDO DE RESERVA	40.935,51

#FILIE-SE AO SINTAPE

JUNTE-SE A NÓS NA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE SALÁRIOS E TRABALHO. FORTALEÇA NOSSA BASE.

FILIE-SE AO SINTAPE E FAÇA PARTE DE UMA CATEGORIA FORTE E UNIDA!





**SINTAPE
EM AÇÃO**

6 meses de intensas mobilizações!

JULHO

Dias 9 a 30 - Diretoria do Sintape visita as bases no interior do Estado, para conversar com os empregados do IPA e da Perpart e ganha o apoio da imprensa de várias cidades visitadas. O calendário inclui Gerências Regionais e Estações de Pesquisa do IPA, localizadas em Ouricuri, Serra Talhada, Araripina, Salgueiro, Belém de São Francisco, São

Bento do Una, Goiana, Itambé, Carpina, Surubim, Caruaru, Vitória de Santo Antão, Palmares, Petrolina e Garanhuns.

Durante as visitas, os diretores tratam dos seguintes pontos: prestação de contas do exercício 2017; ações do sindicato; construção dos dois documentos com propostas da categoria (IPA e Perpart) para apresentar aos candidatos

ao Governo do Estado; informação dos resultados dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) 2017 da Perpart e do IPA; formatação das Pautas de Reivindicações da Perpart e do IPA referentes à Campanha Salarial 2018 dos servidores das duas instituições.



AGOSTO

Dia 02 - Trabalhadores do IPA e da Perpart aprovam pautas de negociação salarial em assembleias gerais extraordinárias. As propostas apresentadas pelo Sintape foram formuladas após a visita do sindicato às unidades do Instituto, espalhadas pelo interior do Estado;

Dia 13 - Senador Armando Monteiro e deputado Álvaro Porto recebem direto-

ria do Sintape;

Dia 24 - Realizada assembleia com os trabalhadores da CPRH;

Dia 27 - Diretoria do sindicato emite nota de pesar pela morte do radialista Edvaldo Moraes, vítima de infarto aos 69 anos de idade. Edvaldo foi grande parceiro na divulgação das ações do Sintape e deixou um grande legado para o

radialismo pernambucano e movimento sindical;

Dia 30 - Trabalhadores do IPA e Perpart prorrogam Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente, em assembleias gerais extraordinárias nos auditórios das sedes das duas instituições.



SETEMBRO

Dia 17 - Em reunião com a diretoria do Sintape, a Comissão do Plano de Saúde do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), decide tirar vários encaminhamentos para tratar da "novela" que

envolve o desconto absurdo da Unimed Recife na folha de pagamento dos trabalhadores da autarquia;

Dia 19 - Diretores do sindicato se reúnem com a diretoria da Perpart para tratar da pauta de reivindicações;

Dia 21 - Assembleia Geral Extraordinária é realizada na Apac para tratar do andamento das negociações com o governo e definir mobilizações;

Dia 26 - Sintape entrega documento com reivindicações de sua base à candi-

data a governadora Dani Portela (Psol). A carta escrita pela diretoria do Sintape, foi direcionada aos candidatos e candidatas ao Governo de Pernambuco.

OUTUBRO

Dia 09 - Audiência referente ao PCCS do IPA. O juiz determina que as partes seriam intimadas da decisão;

Dia 17 - Sintape discute pauta de negociação com a diretoria do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) para discutir a pauta de reivindicações dos funcionários da instituição;

Dia 17 - Nota de repúdio à ação da Prefeitura de Camaragibe contra os funcionários da CPRH é emitida pelo sindicato;

Dia 19 - Pauta de Reivindicações dos

empregados da Perpart é discutida na sua integralidade entre diretoria da autarquia, dirigentes do Sintape e integrantes da Comissão de Negociação;

Dia 23 - Mais uma reunião de negociação entre os diretores do Sintape, os integrantes da Comissão de Negociação e a diretoria do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) é realizada;

Dia 26 - Sindicato emite nota sobre a responsabilidade do voto nas eleições presidenciais. Como entidade de classe, o Sintape pede reflexão aos trabalhadores de sua base.



NOVEMBRO

Dia 08 - Viabilidade da revisão da aposentadoria - A diretoria do Sintape firma PARCERIA com a Marcos Inácio Advocacia, para revisar situação dos aposentados com menos de 10 anos;

Dia 14 - Sintape busca Intermediação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego-PE nas Negociações Coletiva de Trabalho de 2018, dos funcionários da Perpart e do IPA.

DEZEMBRO

Dia 03 - Ocorre mais uma reunião de negociação com a diretoria da Perpart e integrantes da Comissão de Negociação para discutir a pauta de reivindicações dos funcionários da instituição. A par-

tir desta data, as negociações também passam a ser realizadas na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Dia 06 - Negociação com a diretoria do IPA, integrantes da Comissão de Nego-

ciação. Diretoria do Sintape solicita a presidência do IPA o agendamento de uma reunião específica para tratar sobre o Plano de Saúde dos funcionários do Instituto.

Dia 21 - Sindicato encerra as atividades de 2018, desejando Boas Festas à base e convocando a categoria para fortalecer ainda mais o movimento sindical no ano vindouro. Que venha 2019!